

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

### ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e catorze, pelas nove horas, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeiro e segundo secretários, Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- Após declarada aberta a sessão, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por informar que os Senhores Deputados Mário Telmo Lopes Legoinha e José Joaquim Reboredo Almendra solicitaram a sua substituição, ao abrigo do art.º 5.º do Regimento desta Assembleia, tendo sido convocados para os substituir, a Senhora Deputada Marisa Susana Gomes Velho Rodrigues e Jorge Miguel Gomes Jacinto, respetivamente, em conformidade com o previsto no artº 6º do referido Regimento. -----

----- Seguidamente, procedeu-se à chamada dos Senhores Deputados Municipais, verificando-se a ausência da Deputada Marisa Susana Gomes Velho Rodrigues, tendo justificado a falta no prazo legalmente estabelecido. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. -----

#### CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta. -----

----- Posteriormente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou os Senhores Deputados que estava presente a ata da terceira sessão ordinária, realizada no dia vinte e oito de junho de dois mil e catorze, para ser submetida a aprovação. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a Ata da terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia vinte e oito de junho de dois e catorze à votação, tendo sido aprovada, **por maioria**, dos vinte e cinco Deputados presentes, com vinte e três votos a favor, zero votos contra e duas abstenções dos Deputados Maria Manuel Rocha Cunha Silva e Jorge Miguel Gomes Jacinto, por não estarem presentes na referida sessão. -----

#### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra, começando por perguntar ao Executivo qual o ponto da situação relativamente ao Hotel & SPA, cujo concurso ainda decorre e que terminará dentro de dias. De seguida, referindo-se à EDEAF em 28/02/2013 foi aprovada a extinção da empresa, tendo a mesma ficado com ativos e passivos e fez-se um processo de venda parcial do seu pavilhão, pelo que gostaria de saber como decorre essa venda e qual o nível de interessados na preferência de compra. Depois, falando da empresa “100% Trás-os-Montes”, disse que há cerca de 2 ou 3 anos colocou-se uma questão que tinha a ver com o saber se essa empresa pagava todos os serviços que formalizou em termos de contrato com o Município, nomeadamente, o pagamento da renda e os encargos com um funcionário da EDEAF afeto àquela empresa e a resposta dada pelo Executivo foi que a “100% Trás-os-Montes” pagava tudo direitinho e que podia comprovar isso. No entanto, com a documentação que lhes foi enviada, comprovou-se que aquilo que foi dito aqui na Assembleia não era verdade, porque a empresa pagou agora cerca de 7.000 euros, faltando pagar ainda por volta

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

de 1000 euros. Dada a explicação anterior e os documentos agora recebidos, dá o direito à sua bancada de exigir o comprovativo destes montantes, ou seja, não é só o envio do extrato mas sim o comprovativo de pagamento da quantia. Posteriormente, o Sr. Deputado Luis Terêncio, referindo-se à Mecapisa, disse que já foram dadas algumas explicações, mas que há uma questão que não ficou clara, concretamente, qual o valor que a Câmara suportou com o arranjo de toda a obra subjacente ao edifício da Mecapisa. Na altura, em que foi tratada a questão da venda do pavilhão, foi que não eram contra a venda, apenas não concordavam com o valor em causa, assumido pelos membros da bancada do PSD/CDS-PP, cabendo à Câmara arranjar o espaço envolvente, não chegariam 100.000,00 euros para executar os trabalhos. Porque tem dúvidas, gostaria de ver documentada essa explicação. -----

----- A Senhora Presidente, relativamente ao ponto da situação do Hotel & SPA disse que está a decorrer o concurso e até ao momento não há nenhuma proposta. Quanto à venda dos espaços da EDEAF, disse que, para já, não há nenhum interessado, dado que estão a pagar uma renda muito baixa e, como tal, não têm interesse em comprar, o que acha normal, e é por isso que não concorda com este tipo de situação, ou seja, a Câmara estar a favorecer determinado tipo de empreendedores em detrimento de outros, sem limite no tempo. Continuando, referiu que a oposição acusa o Executivo de estar a vender tudo, no entanto volta a sublinhar que este Executivo segue uma política que é vender o património que dá prejuízo ou que não se enquadra naquilo que são as competências da Câmara. Inicialmente, a Câmara geria quase tudo que era da EDEAF, exceto as cozinhas. Agora entregaram-se outros espaços pelo mesmo tipo de renda, que é uma renda muito abaixo do preço do mercado, e as pessoas não têm interesse em ir buscar dinheiro ao banco para comprar e passarem a pagar mais dinheiro todos os meses quando têm ali um espaço por uma renda que é mínima, pelo que é necessário resolver esse problema. A Senhora Presidente referiu, depois, que um dos projetos deste Executivo, é requalificar toda a Zona Industrial e fazer uma incubadora de empresas porque, de facto, entende-se que seria mais um incentivo para a criação de novas empresas. No entanto, numa incubadora de empresas, a empresa tem que estar lá um tempo limitado e depois ou é viável e vai para o mercado, ou não é viável e não está eternamente pendurada no orçamento da Câmara para se viabilizar. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara disse, também, que há um senhor de fora que veio ver uma das cozinhas da EDEAF, que aparentemente, estaria interessado, mas até ao momento ainda não apresentou qualquer proposta. Também no que respeita ao Hotel & SPA tem um grupo que já veio aqui duas vezes reunir, que poderá vir a apresentar proposta, mas para já não há quaisquer garantias. Em relação à empresa “100% Trás-os-Montes”, a empresa sempre pagou a luz e a água, pois tinha contadores próprios e a renda foi pagando, daí ter esta dívida que pagou recentemente, dado que a empresa teve alguns problemas. Continuando, disse que a Câmara tem uma lista de dívidas, e não é só a 100% Trás-os-Montes que tem dívidas para com a Câmara. A Câmara vai ter que tomar medidas e as pessoas têm que se convencer que não podem estar aqui a viver à custa da Câmara. Não se pode resolver tudo de uma vez mas as coisas vão ter que ser resolvidas, lembrando depois que quando este Executivo assumiu funções, ninguém pagava renda, luz e água. As pessoas vão ter que pagar e quem não pagar vai sujeitar-se a uma execução fiscal, ou uma ação de despejo. Neste momento está-se a organizar mais a cobrança das dívidas da Câmara, e a quem não pagar vai-se fazer execuções fiscais, como qualquer empresa ou qualquer pessoa a quem lhe devem, porque não é justo alguns viverem à custa do Orçamento Público. Quanto à Mecapisa, a Câmara pagou um projeto elétrico à empresa Eletrotua para certificar as instalações elétricas, que custou cerca de 1.500,00 euros, e fez-se uma terraplanagem que ficou um bocadinho mais cara, cerca de 15.000,00

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

euros, mas que tinha que ser feita, não só para aquele lote, como para os outros lotes que se estão a vender. Aquela parte da Zona Industrial tinha problemas de desnível de terras, sendo obrigação da Câmara resolver o problema. Isto foram os valores gastos, tudo o resto, a vedação e todas as outras obras lá realizadas, foram feitas pelo comprador. O comprador pagou 375.000,00 euros pelo pavilhão. Fez esse investimento, logo de seguida, na zona exterior e neste momento já tem lá as máquinas e está a funcionar, de uma forma mais consolidada. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio agradeceu as explicações e disse concordar com a grande parte do que foi dito, aliás, um dos grandes problemas e que hoje está muito em discussão, é os municípios absorverem para si negócios ou atividades para o qual não tinham competências, tinham que ser simplesmente alavancadores desses projetos, mas nunca se imiscuir na gestão ou na administração dessas atividades. Disse que é um assunto em que estão em sintonia, contudo já se falou que a Câmara vai investir cerca de um milhão de euros numa incubadora, acha bem a ideia, mas se não há interessados no pavilhão da EDEAF, entende que não se deve gastar dinheiro noutra equipamento, mas sim requalificar aquele para esse fim. Vai fazer-se outro investimento escusadamente, pois não havendo ninguém interessado no pavilhão da EDEAF, este vai ser um pavilhão que vai ficar ao abandono. -----

----- A Senhora Presidente disse que o pavilhão da EDEAF vai-se manter com as empresas lá, inclusivamente, quem está lá instalado demonstrou algum interesse, futuramente, na compra. Aquilo que tem sido dito pelos interessados é que neste momento a banca está a colocar algumas dificuldades. Disse também que aquele pavilhão não tem condições para uma incubadora de empresas. Quando o projeto estiver feito verão a diferença e também não se vai tirar de lá pessoas com empresas consolidadas e postos de trabalho, para pôr lá novas empresas, que podem nem sequer ter futuro. A Câmara tem um Gabinete de Apoio ao Empreendedor e tem um projeto para que todas as pessoas que queiram desenvolver negócios, possam fazer toda a formação para desenvolver um plano de negócios, todo o estudo da empresa. Neste momento, o Gabinete está a trabalhar com a UTAD, e no fim da formação, que demora cerca de um ano, acabam por se fixar 2 ou 3 empresas, o que é bom. Tendo conhecimento de algumas dificuldades dessas novas empresas, e uma delas é o local para se fixarem, conclui -se que seria interessante ter na Zona Industrial, uma incubadora de empresas, que permita às empresas consolidarem-se e depois, eventualmente, fazerem um investimento e instalarem-se noutra sítio. -----

### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### **1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;**

----- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 25/09/2014, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra para fazer algumas notas relativamente à informação salientando algumas obras já concluídas e outras que estão ainda a decorrer, nomeadamente, a capela da Legoinha (que convidou para visitar), o centro de requalificação do território e a requalificação da Casa do Povo em Centro Tecnológico, em Sambade, já aprovado, e está para visto do Tribunal de Contas a reabilitação da Torre do Relógio, obras estas participadas a 85%, o Lar de Gebelim e Parada que, embora sendo obras das IPSS, estão a ser apoiadas pela Câmara.

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

De seguida, reforçou a ideia de que apesar de todas as dificuldades, o Executivo tem conseguido aproveitar os quadros comunitários a um nível de Câmaras que estão menos endividadas. -----

### **2. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR NO ANO DE 2015, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ARTº 106º DA LEI N.º 5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO (LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS);**

----- A Senhora Presidente usou da palavra dizendo que a proposta da taxa é zero, a exemplo de anos anteriores, porque as empresas cobram esta taxa às pessoas e não transferem o dinheiro para as Câmaras. Disse, depois, que as empresas de telecomunicações incluem muitas vezes essa taxa nas faturas, pelo que sugeriu a todos os presentes para verificarem as suas faturas, pois já se detetou que em anos anteriores a Câmara aprovou também a taxa zero e elas continuavam a cobrar. Pediu depois que se eventualmente alguém verificasse alguma situação que informasse o Executivo. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto dois** à votação, tendo sido aprovado, **por unanimidade**, dos vinte e seis Deputados presentes, com vinte e seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, fixar em 0% (zero por cento) a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem a aplicar em 2015. -----

### **3. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A FIXAÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – PRÉDIOS URBANOS, PARA VIGORAR NO ANO DE 2015;**

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra começando por dizer que o Imposto Municipal sobre Imóveis é um imposto municipal, só que quem define as regras do imposto é o Governo. As pessoas têm-se vindo a queixar de que aumentou muito o IMI. Continuando referiu que o IMI aumentou, fruto da reavaliação promovida pelo Governo, pois foi este o principal aumento, e quem fez a reavaliação dos imóveis foram os peritos contratados pelas Finanças, a Câmara apenas forneceu os dados que eles pediram, designadamente, projetos das casas, entre outros. Aparentemente, algumas pessoas acham que a reavaliação foi mal feita e neste caso podem sempre dirigir-se às Finanças e ver com eles se de facto está mal ou bem feita e se vale a pena reclamar, porque para reclamar, pagam. É verdade que o Município está obrigado a ter a taxa máxima, pelo excesso de endividamento, todos sabem as razões, mas a verdade é que o próprio Governo aumentou em 0,1% a taxa máxima. Não satisfeito com a reavaliação dos imóveis que já ia obrigar as pessoas a pagar mais, o Governo ainda aumentou a taxa máxima, o que quer dizer que “os pobres dos municípios” que estão em municípios que têm obrigatoriamente de ter a taxa máxima, são excessivamente penalizados. O Executivo gostaria de resolver este problema, mas não se está a ver muito bem como nos próximos anos. Continuando, disse, tem andado a pensar em como resolver isto, mas gostava que se pudesse pôr a taxa média porque para o Município, o excesso que recebe do IMI não é assim tanto dinheiro, mas para as pessoas ainda é um valor significativo. E uma coisa que gostaria de fazer, referiu, se calhar no próximo ano, se se conseguir equilibrar melhor as contas, mas não sabe ainda se legalmente isso vai ser possível. Agora estamos obrigados à taxa máxima, só lamenta é que às pessoas que protestam junto das Finanças por acharem que pagam muito, lhes seja dito que é um imposto da Câmara, como se fôssemos nós a definir as regras, e não somos nós a defini-las, e além do mais, nós só recebemos aquilo que eles nos transferem, pois nem sequer sabemos a receita que eles cobram. Com base no sigilo da receita fiscal, as Finanças não dão acesso a quem é que paga e o quê, qual a receita cobrada, quem não pagou, pois não temos acesso a nenhuma informação. As Finanças ficam com

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

uma percentagem do imposto pelo trabalho que fazem, transferem para as autarquias o que querem, as leis são do Governo e depois a culpa é das autarquias, referiu. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e começou por referir que no fundo a explicação e a opinião da sua bancada vai ser vinculativa aos pontos 3, 4 e 5. Ao ouvir a Senhora Presidente e, de facto quem esteve atento, como ele, percebeu que a Senhora Presidente respondeu à questão. A Senhora Presidente dizia que este Executivo queria resolver isto e ele acredita claramente que o Executivo tudo fará para resolver esta situação. A Senhora Presidente disse que resolveria a questão se conseguisse equilibrar as contas. Disse, também, que a culpa não é do Executivo, é do Governo, transferem o que querem, etc. O facto é que isto são as regras e temos que viver com o que temos. A questão é que a Senhora Presidente há cinco anos, quando tomou posse, e quando andou na campanha eleitoral, disse que ia resolver os problemas financeiros da Câmara. Sabe que não iria ser fácil. A herança, cortes desenfreados por parte do Governo, alterações a meio do jogo das regras, coisas que se refletem de facto naquilo que é a gestão, na estratégia se ela existe. No entanto, a questão principal é que ao fim de seis anos da gestão deste Executivo, o que está aqui em causa é a penalização que os munícipes do nosso Concelho têm, com a penalização que a Senhora Presidente não conseguiu retirar a cada um dos munícipes. Essa é a realidade, disse, e a desculpa é sempre a obrigatoriedade e as regras impostas pelo Governo. Considera que está na altura de deixar esse discurso para trás e de tomar decisões sérias, que beneficiem todos os munícipes. Como tal, se for para aumentar, não conte com a bancada do PSD/CDS-PP para fazer estes aumentos. A lei pode obrigar, referiu, mas a sua bancada propõe taxas médias. -----

----- A Senhora Presidente disse que a proposta apresentada pelo Deputado Luís Terêncio vai contra a Lei, pois nós não podemos ter a taxa média, de acordo com as Leis do Governo, e é a dívida cuja responsabilidade é do PSD/CDS-PP, da gestão anterior que obriga a tal. O atual Executivo não aumentou a dívida, tem vindo a reduzi-la, está a resolver os problemas, ainda agora estamos a pagar uma dívida que estava em tribunal, de seiscentos e tal mil euros, que foi da responsabilidade Câmara anterior, e que tem a ver com trabalhos a mais da 2ª fase do complexo desportivo, que não foram aceites pelo Tribunal de Contas. A bancada da oposição está a exigir que num mandato o Executivo resolva os problemas todos, quando o Executivo anterior, em dois mandatos, deixou a Câmara completamente destruída. Passou de uma Câmara sem dívidas para uma das Câmaras mais endividadas do Distrito. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa interveio para dizer que é competência do Presidente da Assembleia assegurar o cumprimento das Leis e a regularidade das deliberações nos termos do art.º18º do Regimento da Assembleia. Ainda que o grupo parlamentar a que o Senhor Deputado Luis Terêncio, quisesse fazer finca-pé na aplicação duma taxa média, seria sempre impedido pela Mesa, por quanto a Lei impõe pelas razões já explicadas mais do que uma vez. O legislador não foi o Executivo de Alfândega da Fé, foi o Governo que impôs esta penalização aos municípios que se encontravam em endividamento excessivo e que tiveram que se socorrer do PAEL. -----

----- O Senhor Deputado Virgílio Amaro disse haver um lapso na proposta da Câmara, pois a alínea a) do art.º26º já foi alterada pelo Orçamento de Estado para 2014, como tal deve ser corrigido, pois os prédios Urbanos já foram todos avaliados até 2012. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio disse saber que a Lei obriga, a questão era defender aqui os interesses dos munícipes. Lembrou as promessas eleitorais feitas pela Senhora Presidente, de estabelecer um compromisso com o reequilíbrio financeiro da Câmara. Esse não o assumiu ele, foi a Senhora Presidente. -----

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A Senhora Presidente respondeu que assumiu e está a cumprir. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, colocou o ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e seis deputados presentes, com dezasseis votos a favor, sete votos contra, dos Senhores Deputados, Luís Terêncio, Iolanda Neves, Susana Guerra, Adriano Andrade, António Pacheco, Carlos Pousado e Horácio Pinto, e três abstenções dos Senhores Deputados, Pedro Morgado, Jorge Jacinto e Jonathan Pacheco, aprovar a fixação da taxa de IMI em 0.5% para os prédios urbanos, para vigorar no ano de dois mil e quinze. -----

### **4. APROVAÇÃO DA PERCENTAGEM DE IRS PRETENDIDA PELO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ, DE ACORDO COM A LEI N.º 2/2007, DE 15 DE JANEIRO (LEIS DAS FINANÇAS LOCAIS);**

----- A Senhora Presidente referiu que a situação é semelhante ao ponto anterior, uma vez que estamos obrigados pelo Plano de Reequilíbrio Financeiro a ter a taxa máxima de IRS e da Derrama que vem no ponto seguinte. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio referiu que quando, anteriormente, veio dizer o sentido de voto da sua bancada para o ponto 3, especificou que a posição era a mesma para os pontos 3, 4 e 5. Disse que os membros da bancada a que pertence não estão fora da lei, nem contra a obrigatoriedade porque essa é imposta por lei, estão é a votar contra a política que foi seguida até agora, por este Executivo, ou seja, o não benefício direto aos munícipes, por causa do reequilíbrio financeiro, pois é isso que nos leva à obrigatoriedade. -----

----- A Senhora Deputada Susana Guerra, referindo-se aos parâmetros da percentagem das taxas fixadas pelo Governo, disse caber à Assembleia Municipal escolher o valor da taxa para o seu município. Nós estamos a fixá-la no máximo, porque é obrigatório por estarmos em reequilíbrio financeiro, situação em que já não deveríamos estar nesta altura do campeonato, cinco anos depois do mandato deste Executivo, que se comprometeu a melhorar as contas. Continuando, disse que dois anos depois, este Executivo veio para a comunicação social dizer que estávamos no bom caminho, mas o que acontece é que cinco anos depois não estamos no bom caminho, pois continuamos em reequilíbrio, e é por isso que a sua bancada vota contra. -----

----- A Senhora Presidente lembrou que de acordo com o Plano de Reequilíbrio Financeiro aqui aprovado, deixamos de estar nessa situação em 2018, embora se esteja a trabalhar para ser antes. -----

----- A bancada do PSD/CDS-PP queria que este Executivo, que herdou uma dívida de 20 milhões de euros e que teve cortes que levaram a que agora tenha menos 1 milhão de receitas, em cinco anos tivesse pago 20 milhões, quando apenas recebe 5 milhões por ano. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Lopes disse que estas tomadas de posição são até engraçadas, porque uma Câmara que foi para o poder há cinco anos e já conseguiu reduzir alguma coisa da dívida, não muito, mas já reduziu e a bancada da oposição queria que reduzisse mais. Ele também gostaria que assim fosse. O Executivo anterior em dois mandatos criou uma dívida de 20 milhões, 10 milhões por mandato, portanto deveria ter reduzido 10 milhões no primeiro mandato. Alguns dos senhores deputados estiveram envolvidos na situação. -----

----- O Senhor Deputado Adriano Andrade referiu que a Senhora Presidente disse que a taxa de IRS pretendida pela Câmara é de 5%. Imagine que a Câmara, disse, pretendia apenas 3%. Para onde iriam os 2% da diferença, perguntou? A Senhora Presidente respondeu que iriam para o munícipe que paga IRS, porque a maior parte se calhar não paga IRS, como é o caso dos mais pobres. -----

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto quatro** à votação, tendo sido deliberado, **por maioria**, dos vinte e seis Deputados presentes, com dezasseis votos a favor, nove votos contra, dos Senhores Deputados Luís Terêncio, Iolanda Neves, Susana Guerra, Adriano Andrade, António Pacheco, Carlos Pousado, Horácio Pinto, Jorge Jacinto e Jonathan Pacheco e uma abstenção do Senhor Deputado Pedro Morgado, fixar em 5% (cinco por cento) a percentagem de IRS pretendida pelo Município. -----

### **5. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O LANÇAMENTO DA DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS (IRC);**

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto cinco** à votação, tendo sido deliberado, **por maioria**, dos vinte e cinco Deputados presentes, com dezasseis votos a favor, sete votos contra, dos Deputados Luís Terêncio, Iolanda Neves, Susana Guerra, Adriano Andrade, António Pacheco, Carlos Pousado e Horácio Pinto e duas abstenções, dos Deputados Jorge Jacinto e Jonathan Pacheco, aprovar a proposta da Câmara Municipal, fixando em 1,5% a percentagem de derrama pretendida pelo Município referente ao ano de 2014 a cobrar em 2015. -----

----- Verificou-se a ausência nesta votação, do Senhor Deputado Pedro Morgado. -----

### **6. PROPOSTA DA REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 2 AO ORÇAMENTO E GOP'S DE 2014;**

----- A pedido da Senhora Presidente da Câmara, usou da palavra a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dr<sup>a</sup> Carla Victor, para fazer uma introdução relativamente a esta Revisão Orçamental. -----

----- A Chefe da Divisão Administrativa e Financeira começou por dizer que foi necessário fazer esta revisão principalmente para ajustar algumas contas e incluir outras que não existiam no Orçamento. Na última sessão, veio aqui o pedido de autorização para a renovação da frota automóvel e também o pedido para inclusão do PRODER e FEM. Continuando, disse que algumas rubricas não existiam ainda, e dado que já tivemos conhecimento que foram aprovadas pelo DGO e DGAL essas duas situações, houve necessidade de fazer a inclusão de algumas rubricas para enviarmos para a DGAL para parecer técnico, o qual já acompanha a documentação enviada a esta Assembleia. A DGAL dá um parecer positivo no geral e até refere que esta revisão ajusta de forma mais adequada a execução, do que a primeira. O que se teve em cuidado, referiu, foi reduzir as rubricas que estavam com execução inferior ao previsto do lado da receita e também do lado da despesa, e outras que era preciso reforçar, tal como a rubrica da empresa CASAIS e também as rubricas para a inclusão dos encargos dos empréstimos da EDEAF. Houve ainda o cuidado de incluir o valor de empréstimos que entraram e não estavam previstos, de reequilíbrio financeiro e PAEL, que vieram atrasados, uma vez que se previa que entrassem até 31 de dezembro de 2013 e só entraram a partir de janeiro de 2014, no valor de cerca de 900.000, 00 euros. No geral, o que se fez foi ajustar as execuções à realidade atual do Município. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto seis** à votação, tendo sido deliberado, **por maioria**, dos vinte e um Deputados presentes, com treze votos a favor, zero votos contra, e oito abstenções, dos Deputados António Pacheco, Carlos Pousado, Horácio Pinto, Pedro Morgado, Luís Terêncio, Iolanda Neves, Susana Guerra e Adriano Andrade, aprovar a proposta da Revisão Orçamental n.º 2 ao Orçamento e GOP's de 2014. -----

----- Ausentaram-se da sala os Deputados Ricardo Pimentel, Hélio Aires, António Herdeiro, Eduardo Almendra e José Reis, pelo que não participaram na votação. -----

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

### 7. CONSULTA PARA EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO PARA REEQUILÍBRIO FINANCEIRO ATÉ AO MONTANTE DE €11.207.636,03 (PARA SUBSTITUIR O DA GAIXA GERAL DE DEPÓSITOS);

----- A Senhora Presidente referiu que foram feitos novos pedidos à banca em relação ao dinheiro que se devia a médio/longo prazo para diminuir os juros e conseguiu-se, de facto, diminuir os juros para cerca de metade, o que vai trazer uma poupança bastante grande. Só em juros, com esta consulta e com o compromisso da Caixa Agrícola da Terra Fria acompanhar os 9 milhões, com esta taxa de juro, vai-se poupar por ano quase meio milhão de euros. Vai-se poupar em juros e aumentar a amortização, o que faz parte do nosso esforço para pagar a dívida. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio interveio para dizer que na reunião de preparação para esta sessão feita pela sua bancada, o sentido de voto sobre este ponto foi favorável, por unanimidade. O documento está bem elaborado, de facto vai haver poupança, mas no entanto lembrou a teimosia da Senhora Presidente em ter feito um saneamento financeiro quando o próprio Secretário de Estado recomendava um plano de reequilíbrio financeiro, veio mais tarde a revelar-se uma decisão menos boa. A Senhora Presidente respondeu, referindo que aquilo que dizia a DGAL e o Secretário de Estado era que nós estávamos em desequilíbrio financeiro, ou seja na situação mais grave de desequilíbrio, e por isso a medida que a Lei das Finanças Locais tinha era um plano de reequilíbrio e não de saneamento. Foi-se para o plano de saneamento porque fazendo as contas, conseguíamos ir à banca buscar dinheiro para sanear as contas do Município, com um prazo de doze anos e o plano de reequilíbrio tinha um prazo de vinte anos. A opção pelo saneamento financeiro, tinha como objetivo pagar a dívida mais depressa, no entanto, surgiu o problema dos cortes. Não se pode criticar por se ter tentado pagar em menos tempo. -----

----- O Senhor Deputado Virgílio Amaro usou da palavra e dirigindo-se ao Deputado Luís Terêncio, lembrou que no passado, com o anterior Presidente da Câmara, foi membro da Assembleia Municipal, e em todas as sessões havia sempre dois ou três empréstimos à banca e na altura essas pessoas nunca se lembraram que isto ia a acontecer. Disse que votou sempre contra os empréstimos e que neste não votava contra porque é para reduzir. Se fosse um novo empréstimo, também votava contra. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto sete** à votação, tendo sido deliberado, **por unanimidade**, dos vinte e dois Deputados presentes, com vinte e dois votos a favor, zero votos contra, e zero abstenções, autorizar a contratação do empréstimo supra mencionado. -----

----- Ausentaram-se da sala os Deputados Ricardo Pimentel, Hélio Aires, António Herdeiro e Eduardo Almendra, pelo que não participaram na votação. -----

### 8. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PAEL E REEQUILÍBRIO FINANCEIRO – 2º TRIMESTRE DE 2014;

----- Interveio a Dr<sup>a</sup> Carla Victor, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, começando por dizer que este relatório é referente ao 2º trimestre de 2014 e ao 3º trimestre de execução. Como se pode ver no documento, no geral está tudo a ser cumprido, o prazo médio de pagamento está em 37 dias (10 dias abaixo do previsto em 31/12/2014). A nível da execução orçamental, ela mantém-se de acordo com o previsto no PAF, embora se tivessem que fazer revisões para ajustar, sendo que o único senão é a nível do endividamento, que está ligeiramente acima do previsto, porque deram entrada apenas em 2014 os 900.000,00 euros de empréstimos, que eram para entrar até 31 de dezembro de 2013. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio pediu esclarecimentos sobre o valor das horas extraordinárias, perguntando se tem sido feita uma distribuição equitativa, para os trabalhadores poderem auferir assim um pouco mais do seu

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

vencimento. Questionou depois que, dos 9 milhões do Orçamento, a despesa corrente representa 75% desse valor. A acontecer o mesmo numa empresa privada, certamente entraria em falência. Perguntou que tipo de medidas podem ser tomadas para a redução da despesa corrente, permitindo fazer assim maior investimento, criar mais valor ao Concelho, às freguesias e aos municípios. -----

----- A Senhora Presidente esclareceu, dizendo que nas horas extraordinárias foi feito um corte muito grande e estão perfeitamente distribuídas. Quem tem horas extraordinárias são os trabalhadores externos, designadamente, os motoristas e agora também os canalizadores, dado que foi criado um piquete de serviço à chamada nos fins-de-semana. Os outros trabalhadores recebem ajudas de custo quando vão para as aldeias. -----

----- Sobre a despesa corrente, a estrutura da despesa dos Municípios, por causa dos cortes do Governo, passou a ser possível até 90% das receitas. Antigamente, nas transferências do Estado era 60% receitas correntes e 40% receitas de capital. O Governo mudou para 90% as receitas correntes e para 10% as receitas de capital, porque os cortes que foram feitos acabaram por ter um impacto na diminuição do investimento, sendo esta a política do Governo. Como se pode ver a nível nacional, praticamente parou o investimento. Nos 75% de despesa corrente no Orçamento do Município está um peso muito grande referente aos juros, o que agora, ao reduzir os encargos com juros, levará a reduzir a despesa corrente. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do referido relatório. -----

### **9. ANÁLISE DA SITUAÇÃO EM RELAÇÃO AO FUTURO DO SECTOR DAS ÁGUAS E SANEAMENTO (TODA A INFORMAÇÃO ACTUALIZADA NO LINK [HTTP://WWW.CM-ALFANDEGADAFE.PT/EM DISCUSSAOPUBLICA/](http://www.cm-alfandegadafe.pt/em_discussaopublica/));**

----- O Senhor Vice-Presidente, Eduardo Tavares, referiu que este assunto vem à Assembleia Municipal para fazer esta reflexão com os senhores deputados e dar alguns dados e informações que entende serem importantes partilhar, para entendermos melhor o que é que se passa no sistema de abastecimento de água e no sistema de tratamento de águas residuais, para perceber melhor as consequências de algumas medidas, e para que possamos ver qual será a melhor solução ou melhor escolha para gerir estes dois sistemas no futuro. Foi enviado a todos os membros dois quadros e um pequeno texto que fazem o resumo dos últimos 12 anos nestes sistemas e a análise sobre a evolução dos valores que constam nas tabelas. Da análise pode ver-se que desde 2003, quando o processo de concessão e gestão da alta passou de grande parte dos municípios para as Águas de Portugal, que as tarifas aumentaram até aos dias de hoje, na água 62% e no tratamento de efluentes 44%, subidas muito grandes, com maior ênfase nos últimos 5 ou 6 anos. As tabelas têm duas análises, uma sobre os valores de fornecimento e tratamento em metros cúbicos e também a análise em termos de valores em euros, da cobrança que a Câmara fez aos munícipes e da cobrança que a ATMAD fez ao Município. A concessão em alta foi feita de forma progressiva, em 2003 a ATMAD começou a entregar água a alguns pontos do Concelho, a partir da Barragem da Camba. Em 2009 a Barragem da Esteveíinha foi desativada para o consumo (onde a Câmara ia buscar água gratuita para abastecer a sede do Concelho e grande parte das localidades do Sul do Concelho), passando este abastecimento a ser feito a partir da Barragem de Sambade. Até 2008 tínhamos um sistema equilibrado, os valores de faturação do Município eram maiores do que os cobrados pela ATMAD, invertendo-se esta situação a partir de 2009, o que veio a desequilibrar muito as nossas finanças. Em 2008 a receita do Município era maior que nos anos seguintes, dado que naquele ano foi retirada a taxa de aluguer de contador por imposição legal, que rendia cerca de 60.000,00 euros por ano e o Município não a substituiu. O facto de depois começar a pagar-se a água da Barragem de

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Sambade levou ao desequilíbrio. Quanto aos metros cúbicos vê-se que há discrepância entre o que o Município cobra e aquilo que é cobrado ao Município. Houve anos em que o desperdício foi na ordem dos 50%, mas felizmente esta tendência está a baixar, fruto de algumas medidas já tomadas e que se pretende continuar a tomar, porque se entende que o ajustamento tarifário tem que ser feito por duas vertentes, pela atualização da tarifa e pelo combate ao desperdício. Continuando, disse, que já se fizeram algumas coisas importantes, designadamente, a monitorização dos caudais fornecidos pela ATMAD nos nossos pontos de entrega. Com este trabalho, no sistema da Camba as perdas passaram da ordem dos 80% para os 30%, estando agora perto dos valores que os peritos entendem como valores razoáveis que é 20%. No sistema de Sambade ainda há alguns problemas com perdas na ordem dos 60%, pelo que há necessidade de efetuar mais trabalho para resolver os problemas. É também necessário fazer um ajustamento no tratamento de efluentes, pois este sistema foi sempre deficitário, só em 2011 é que o município passou a ter tarifa para o saneamento, que era obrigatória. Outro problema é que temos muitas redes de águas pluviais que são unitárias com a rede de esgotos, o que leva a que a água das chuvas vá para a estação de tratamento e é faturada ao Município. Esta situação está a ser combatida, dando como exemplo a obra de requalificação feita no Centro da Vila. No entanto, nesta matéria tem que ser feito um ajustamento dado que a nova lei orgânica vai exigir o equilíbrio tarifário. -----

----- Depois, o Senhor Vice-Presidente, disse que há muito tempo se fala na verticalização do sistema, que é também concessionar a rede em baixa às Águas de Portugal, processo que já vem desde 2006. Entretanto foi assinado um memorando que vai permitir ter acesso a toda a informação e assim sabermos o que nos pode custar, decidirmos ir ou não ir para a verticalização. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara disse que aquilo que vem à Assembleia não é para votar nada, o memorando apenas se destina a que a ATMAD envie uma série de documentos mais detalhados em relação ao nosso Concelho. Na CIM já se falou várias vezes neste assunto, e pediu-se um estudo para ver se é melhor a verticalização do sistema ou se é melhor criar uma empresa intermunicipal para gerir o assunto. De qualquer maneira, disse, o que está a ser sempre dito é que deverá haver uma agregação de municípios para tentarmos ter uma tarifa mais baixa, aumentando a eficiência. Por isso, sozinhos, dificilmente ficaremos, pelo que teremos de optar entre a verticalização ou a empresa intermunicipal. Futuramente, virá a Águas de Portugal apresentar os documentos e, se entretanto tivermos o estudo, o mesmo será também apresentado. Aquela que se considerar a melhor opção será a escolhida. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra para tecer algumas considerações sobre o assunto, começando por reconhecer o trabalho que está a ser feito pelo Executivo para resolver o mesmo. Disse, depois, que fruto de alguma notícia sabe que a empresa que assina o memorando pertence a EGF que, por sua vez, está a ser privatizada. Em sua opinião, esta gente não quer saber de cada um dos municípios, visa apenas o lucro. Pelas intervenções da Senhora Presidente e do Senhor Vice-Presidente, ficou satisfeito pelo facto do município querer resolver um problema por imposição legal e não termos aqui desequilíbrios, mas não retirando os munícipes desta preocupação. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Lopes disse que a gestão da água e a sua utilização é um problema complexo e tem dado historicamente muitos problemas nas sociedades. Não pode deixar de dar uma nota de relevo ao Deputado Luís Terêncio pelo facto de ter feito uma excelente intervenção, de ter reconhecido que o Executivo está a fazer um excelente trabalho no que diz respeito ao estudo relativo à forma como há-de ser gerida a água. -----

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Deputado Adriano Andrade perguntou qual o preço do m<sup>3</sup> que a Câmara paga à ATMAD, tendo o Senhor Vice-Presidente respondido que paga 0,69€. Disse ainda que, não entendia como é que a água dá tanto prejuízo quando ele a paga a 0,91€ e a Câmara paga à ATMAD, 0,69€. Sabe que há muitas fugas, mas tem que ser feito um esforço adicional para corrigir todos os consumos extraordinários, porque verificando a sua fatura, com todos os números, ele dá lucro à Câmara, não dá prejuízo. O Senhor Vice-Presidente disse que o Deputado Adriano faz uma análise correta, mas efetivamente, há um universo pequeno de consumidores nessa situação. Só quem consoma a partir de 15 m<sup>3</sup> dá lucro ao sistema. Dos cerca de 4000 recibos emitidos por mês, até aos 5 m<sup>3</sup> de consumo temos mais de 3000 recibos que pagam pela tarifa mais baixa, de 0,50€. Por fim, disse que, em sua opinião, o fornecimento da água deve ser assumido pelo Município. -----

### 10. REGULAMENTO: REGISTO DE INTERESSES DOS ELEITOS LOCAIS;

----- A pedido da Senhora Presidente, usou a palavra o Dr.º Miguel Franco, começando por dizer que a ideia de criação deste regulamento vem na sequência do trabalho que tem sido desenvolvido pelo Município que é tornar cada vez mais transparente a atividade dos órgãos autárquicos. O registo de interesses encontra-se legalmente instituído, é obrigatório para os deputados da Assembleia da República, mas a lei não impõe essa obrigatoriedade para os órgãos das autarquias locais. No entanto, parece-nos que este regulamento vem contribuir para uma maior transparência e maior confiança da comunidade relativamente à atividade dos políticos locais e, portanto, a ideia passa por aprovar este regulamento, que não carece de discussão pública, uma vez que terá natureza interna. De seguida enumerou um conjunto de atividades que podem ser objeto de incompatibilidade com o exercício da função de eleito. Pretende-se que o registo de interesses esteja em lista publicada no próprio "site" do Município à semelhança do que já existe atualmente relativamente aos membros do Executivo, pelo menos da Senhora Presidente e dos Vereadores a tempo inteiro, alargando para os restantes Vereadores, membros da Assembleia Municipal, incluindo os Presidentes de Junta. -----

----- A Senhora Presidente referiu que isto acontece porque neste momento os municípios estão a ser avaliados em relação à transparência. Disse que há um índice de transparência e um dos itens é o Registo de Interesses. Tal como disse o Dr.º Miguel, isto faz sentido porque muitas vezes há interesses particulares e quando as pessoas tomam decisões podem estar a tomar decisões que beneficiem os próprios ou a sua família. A própria Lei diz que quando um Deputado Municipal ou um Vereador tem algum tipo de interesse numa determinada decisão, não deve votar. -----

----- Não se verificando mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto dez** à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis membros presentes, com vinte e seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o regulamento em apreço. -----

### 11. ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO: APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE 2011, 2012 E 2013 – PARA CONHECIMENTO;

----- A Senhora Presidente referiu que este diploma existe já há muito tempo, mas que nunca foi tido em consideração, Disse que este diploma implica que se elabore um relatório anual sobre o Estatuto do Direito de Oposição, com o objetivo de se verificar se se está ou não a cumprir esse Estatuto. Quando se atentou as questões dos indicadores da transparência verificou-se que não se estava a cumprir, porque nunca na Câmara tido sido realmente cumprido. -----

----- O Dr.º Miguel Franco disse que apesar de nunca se ter feito qualquer referência ao Estatuto do Direito de Oposição, em termos substanciais sempre houve essa preocupação (no Executivo anterior também haveria essa

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

preocupação), e a própria atividade da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal impõe o cumprimento automaticamente do referido Estatuto. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos referidos relatórios. -----

### **12. SETOR DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE – PROGRAMA COMUNITÁRIO ADAPT/APOIO DA COMISSÃO EUROPEIA ÀS POLÍTICAS DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS;**

----- A Senhora Presidente começou por dizer que a Comissão Europeia entende agora que muitas das políticas seriam melhor aplicadas e implementadas se contassem com as autarquias, estando neste momento com novos programas direcionados para as autarquias que não existiam antes. A União Europeia sempre trabalhou este tema das alterações climáticas e sempre se comprometeu nas cimeiras internacionais com a diminuição dos gases que têm efeito estufa e aumentam a temperatura e levam a essas alterações. Agora a Comissão está a chamar os município a colaborar neste tema, e aquilo que agora se está aqui a fazer é aderir a esta rede, porque dessa forma podemos ter ajuda na definição daquilo que podemos fazer no nosso Concelho para combater as alterações climáticas. Temos na nossa visão, disse, ser um município sustentado e eco eficiente, ou seja, preocuparmo-nos com as questões ambientais e como tal fará todo o sentido aderir. Esta adesão não tem custos e pode ter até algum financiamento e apoio técnico, e entende-se que se trata de uma mais-valia. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto **doze** à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade** dos vinte e seis deputados presentes, com vinte e seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a adesão ao programa em epígrafe. -----

### **13. COMPROMISSOS PLURIANUAIS COM REFEIÇÕES E TRANSPORTES ESCOLARES 2014/2015;**

----- Usou a palavra o Senhor Vereador António Salgueiro, começando por dizer que isto é um procedimento que a Lei impõe, que já foi á reunião de Câmara e agora vem aqui à Assembleia, e refere-se aos transportes e alimentação do 1º Ciclo e Pré-Escolar. Remeteu para a leitura do documento enviado a todos os membros com a previsão dos respetivos custos, e que em função do valor, prevê a Lei que o assunto tem de vir à Assembleia Municipal. -----

----- A Senhora Deputada Susana Guerra interveio dizendo que os meninos da Pré-Escola foram para a escola do 1º Ciclo e o enriquecimento escolar é feito depois na Biblioteca. Na sua opinião entende que seria melhor, em vez de serem os meninos a deslocarem-se para a Biblioteca, serem os professores e auxiliares a deslocarem-se para a Escola. A Senhora Presidente esclareceu que no Pré-Primário é obrigatório que eles tenham prolongamento num edifício diferente, o que na sua opinião até não é mau, dado que assim os miúdos saem para um ambiente diferente. -----

----- Não se verificando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto treze à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis deputados presentes, com vinte e seis votos a favor, zero votos contra e zeros abstenções, autorizar a assunção dos compromissos em apreço. -----

### **14. CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – DESIGNAÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA E CIDADÃOS DE RECONHECIDA IDONEIDADE E APROVAÇÃO DO RESPECTIVO REGULAMENTO.**

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, referiu que este assunto já veio à Assembleia Municipal de 25 de abril, na altura para abrir um período de discussão pública do Regulamento Provisório e hoje vem novamente o assunto para a Assembleia Municipal aprovar e dizer quantos Presidentes de Junta farão parte deste Conselho Municipal

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

e também definir quantos e quem são os cidadãos com idoneidade que também farão parte deste Conselho, convidando os dois líderes das bancadas a conversar para tentar chegar aqui a algum acordo. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio disse que é um assunto deveras importante pelo teor e a composição do Conselho, pelo que entendem as duas bancadas que a escolha deve ser cuidadosa. Neste Conselho devem caber todos os Presidentes de Junta, para uma melhor defesa dos interesses de todo o Concelho, e que haverá pessoas que pelas posições políticas e sociais que ocupam ou ocuparam, deveriam pertencer a este Conselho Municipal de Segurança. Como não houve tempo de as duas bancadas falarem com algumas pessoas, entendem que se deverá ter uma conversa prévia com essas pessoas. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, interveio e propôs que se indicassem as pessoas e que ficasse em aberto o assunto para a próxima Assembleia, porque as pessoas que vão hoje ser aqui nomeadas, terão que tomar posse perante a Assembleia Municipal e só na primeira reunião do Conselho é que é aprovado definitivamente o Regulamento. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse entender que se deveria avançar já com os nomes que a Assembleia pretende designar. Se algumas das pessoas em questão vier a dizer que não quer ou que não pode, então será substituída de comum acordo. Assim, pediu às bancadas para dizerem os nomes que propõem. -----

----- Foram indicados pelas bancadas as seguintes pessoas: -----

----- Todos os Presidentes de Junta e os seguintes cidadãos de reconhecida idoneidade: -----

----- Sr. Prof. David Neno -----

----- Sr. Prof. António Relhas -----

----- Sr. Eng. Manuel Cunha -----

----- Sr. Eng. António Figueiredo -----

----- Um dos párocos -----

----- Sr. Carolino Pimentel -----

----- Sr. Manuel António Vilarquide -----

----- Sr. Paulo Correia -----

----- Sr<sup>a</sup> Provedora da Santa Casa da Misericórdia, D. Ermelinda Salgueiro -----

----- Sr. Prof. Arsénio Pereira -----

----- Sr. Luís Araújo, e -----

----- Sr. António Medeiros -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto catorze** à votação, tendo sido deliberado, **por unanimidade**, dos vinte e seis Deputados presentes, com vinte e seis votos a favor, zero votos contra, e zero abstenções, o seguinte. -----

----- Aprovar a proposta de pessoas apresentada pelas bancadas, para integrarem o Conselho Municipal de Segurança;

----- Aprovar o Regulamento Provisório do referido Conselho. -----

**15. RELATÓRIO DE AUDITORIA E ACOMPANHAMENTO A 30 DE JUNHO DE 2014 – PARA CONHECIMENTO.**

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A Senhora Presidente da Câmara começou por perguntar se foi recebido pelos Senhores Deputados o documento, tendo-se concluído que por lapso não foi enviado, ficando depois de dar indicações aos serviços no sentido de procederem ao respetivo envio. -----

----- Da leitura que fez ao documento o que é de relevar é que das recomendações que vêm a ser feitas pelo ROC, já se estão a cumprir praticamente todas, e neste momento apenas temos quatro sugestões de melhoria, que se estão a corrigir, e que são: o património do domínio público (estradas, etc) que ainda não está todo registado; algumas correções em relação ao registo do património; uma situação que tem mais a ver com as questões informáticas, que é registar a administração direta (contabilidade de custos), que embora se esteja a registar, não está ainda a ser feita numa aplicação própria, pois é necessário com a Medidata fazer essa transposição para outra aplicação; a outra recomendação tem a ver com ordens de pagamento que estão por pagar que o ROC entende que deve ser reduzida. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal perguntou se tem algo a obstar a que na próxima Assembleia ou no período que medeia esta da próxima, os Senhores Deputados coloquem alguma questão ou pedido de esclarecimento, atendendo a que isto é um documento que provem do ROC e que tem alguns considerandos que poderão suscitar algumas dúvidas, tendo a Senhora Presidente respondido que vai dar já indicações para ser enviado o documento e que pode vir à próxima sessão. -----

### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Não houve inscrições por parte do público. -----  
----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. ---  
----- A ata em minuta foi aprovada por **unanimidade**. -----  
----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

---

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

---

(Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó)

O Segundo Secretário

---

(Domitila de Fátima Morais Branco)